



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Crianças Kaiowa da Aldeia Laranjeira Ñanderu: circularidade pelo tekoharã

Autoria: Jéssica Maciel de Souza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Antonio Hilario Aguilera Urquiza

O presente work é fruto de pesquisa de mestrado realizada entre 2016 e 2018, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural/UFMGD, tendo como objetivo produzir uma etnografia das crianças kaiowa da Aldeia Laranjeira Ñanderu, localizada no município de Rio Brilhante/MS. A área é fruto de retomada e, atualmente, a comunidade se mantém no local amparados por uma determinação judicial, desde 2012, enquanto aguardam o final do processo administrativo (FUNAI) e judicial de regularização do território tradicional. Assim, este artigo procura descrever a circularidade das crianças kaiowa, com foco no produzir e reproduzir entre os caminhos que ligam os fogos domésticos dentro do território. Enfatiza o processo de aprendizagem que o contato com o tekoharã proporciona nas práticas culturais. A pesquisa contou como método de produção de dados próprios da Antropologia, como o work de campo e a técnica da observação participante. Foi possível constatar, que em áreas de retomada, ao contrário das reservas históricas em que os indígenas vivem uma situação de confinamento, as crianças conseguem fazer a experiência do teko, uma relação intensa da corporeidade com o tekoharã, com o território tradicional.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: